

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO GESTÃO ESTRATÉGICA EM POLÍTICAS PÚBLICAS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO – GAPI/UNICAMP
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

PROBLEMA: MORADORES DAS ÁREAS IRREGULARES SÃO POUCO REPRESENTADOS NA POLÍTICA HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA

ATOR QUE DECLARA O PROBLEMA: Vereadora do Partido dos Trabalhadores

Equipe:

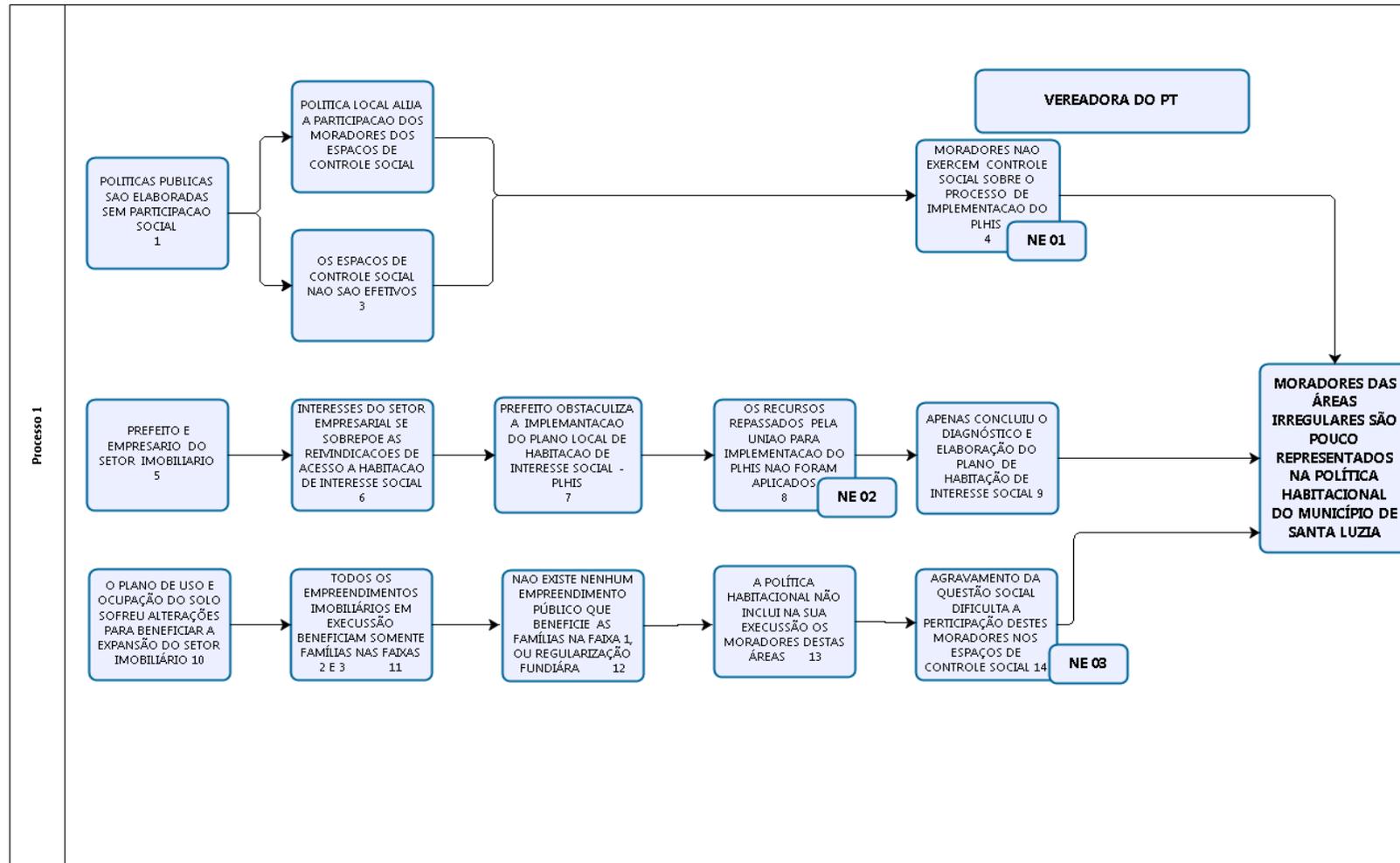
Kate Aparecida Rocha Lacerda

Lucas Silva Reis

Madalena de Oliveira Dias

Maio/ 2017

PARTE 1- FLUXOGRAMA EXPLICATIVO DO PROBLEMA



PARTE 02 – COMENTÁRIOS ANALÍTICO-CONCEITUAIS SOBRE OS NÓS EXPLICATIVOS

O tema escolhido refere-se sobre um dos problemas graves da sociedade brasileira. No início do século XX, devido à rápida industrialização, as cidades atraíram grande parte da população, porém, inexistiam políticas habitacionais que impedissem a formação de áreas urbanas irregulares e ilegais. As áreas ocupadas ilegalmente são expressões diretas da ausência de políticas de habitação social. As políticas habitacionais propostas foram, em sua maioria, ineficazes devido a diversos fatores políticos, sociais, econômicos e culturais. Para FERNANDES (2004) o resultado desse processo é que, atualmente, mais de 82% da população brasileira é urbana. O surgimento de políticas habitacionais realmente preocupadas em solucionar o alarmante problema é recente, tendo sido implementado na Constituição Federal de 1988, e regulamentado pelo Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001, que regula o uso da propriedade urbana em prol do interesse coletivo e do equilíbrio ambiental, sendo um instrumento inovador na política habitacional e importante ferramenta de regularização fundiária.

As ocupações irregulares estão presentes na maioria dos municípios brasileiros, escancarando uma triste realidade social: a falta de moradia. Porém, o problema não é apenas a falta de imóveis para morar, mas também a ausência da segurança da posse, que por sua vez favorece a péssima qualidade com que são construídos os que existem, em especial nas áreas ilegais.

O município de Santa Luzia, em Minas Gerais, localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte possui uma população estimada de 217.610 (duzentos e dezessete mil e seiscentos e dez habitantes). Segundo o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) da Fundação João Pinheiro, a população total do município cresceu a uma taxa média de 1,403% entre os anos de 2010 e 2014. Atualmente mais de vinte por cento de população vive em ocupações desordenadas.

O déficit habitacional é um dos maiores problemas do município que aponta para a necessidade de construção de novas moradias para a população que vive no município.

A noção de déficit habitacional é conseqüentemente a medida da necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação se apoia na conjugação de quatro componentes:

1. Domicílios precários: considerados os domicílios improvisados e domicílios rústicos. Os domicílios rústicos são aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada
2. Coabitação familiar: domicílios com famílias conviventes secundárias com intenção de constituir domicílio exclusivo e as famílias residentes em cômodo
3. Ônus excessivo com aluguel: domicílios urbanos com famílias com renda de até três salários mínimos e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel
4. Adensamento excessivo em domicílios alugados: domicílios alugados com mais de três moradores por dormitório

Segundo os dados do Relatório sobre o déficit habitacional do município de Santa Luzia aponta que em 2009 havia um déficit habitacional da ordem de 8,70% em relação ao total de domicílios particulares permanentes e improvisados existentes no município. Este dado demonstra que parte da população em Santa Luzia vive em moradias inadequadas e assentamentos precários, ocupações irregulares, avaliada como carência e infraestrutura, como ausência de esgotamento sanitário e abastecimento de água, ausência de coleta de lixo e instalação de iluminação pública precária identificada como “gato de energia”. Outra variável que caracteriza este déficit habitacional é relativo a domicílios cedidos e alugados.

Em 2008, o município encomendou um plano municipal de habitação de interesse social financiado pelo fundo nacional de habitação de interesse social. O plano local era composto de um diagnóstico das reais condições de habitabilidade no município e

ações do poder público com intervenções com vistas à resolução dos graves problemas existentes. Este plano propiciou a elaboração da Lei nº 2924/ 2008 que dispõe sobre a criação do grupo gestor e do fundo de habitação de interesse social do município de Santa Luzia com vistas à implementação do programa “Minha casa minha vida” que beneficiaria as famílias de baixa renda ou mesmo sem renda comprovada e instituiu o Programa de regularização fundiária de interesse social. No entanto, este programa não foi executado pelo executivo municipal.

Para caracterizar o problema escolhido pelo grupo para o TCC “Moradores das áreas de interesse social são pouco representados na política habitacional do município”, apontou-se no trabalho dezessete nós explicativos. As cadeias causais indicam que o problema se deve, principalmente, pela relação estabelecida entre o poder público municipal e a população pobre, que dificulta ou impossibilita o acesso e oportunidade de participação desta população nas discussões relevantes sobre a política pública de habitação além do fato, desta política ser conduzida majoritariamente pelo mercado imobiliário capitalista.

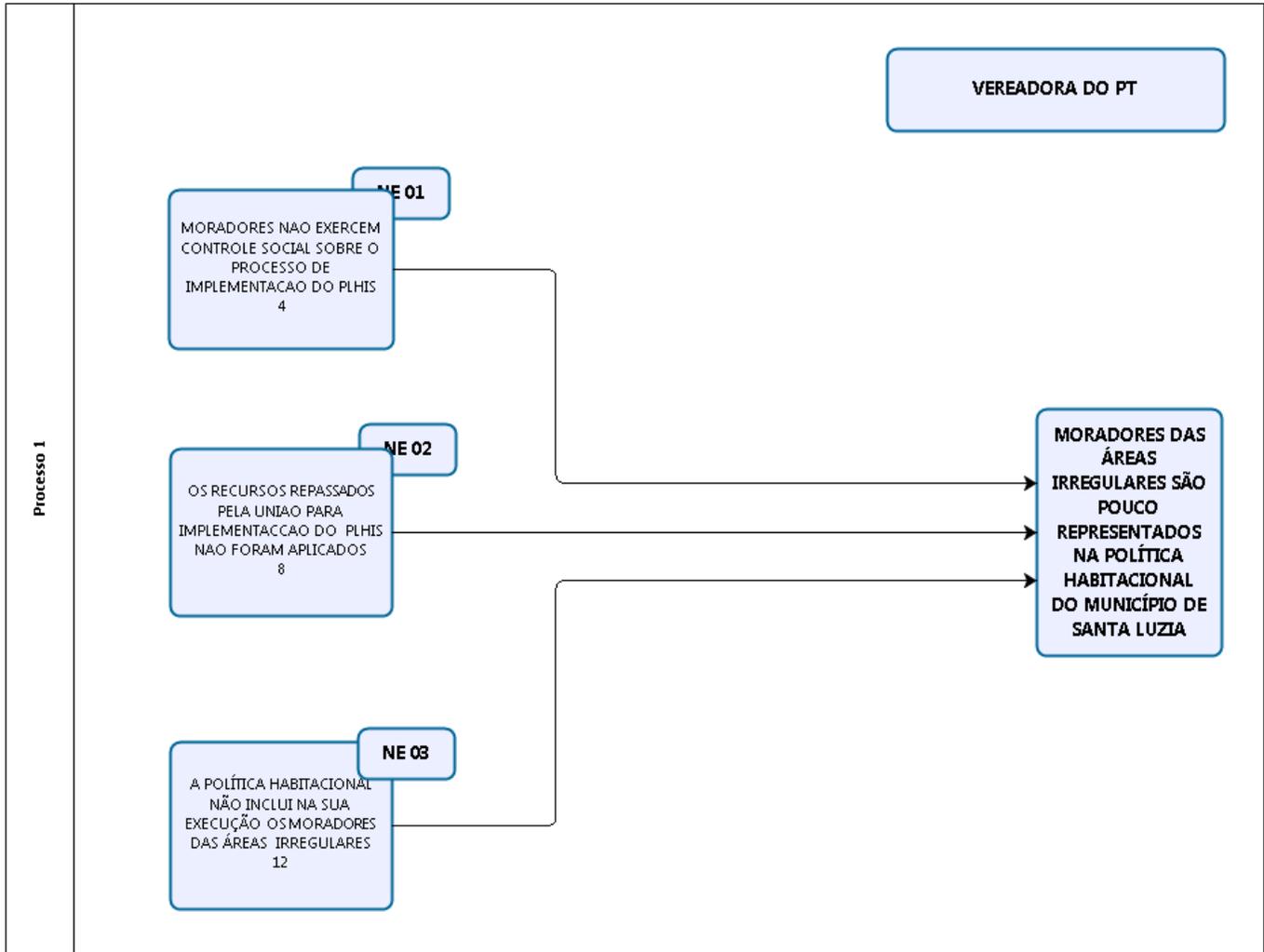
Neste sentido, podemos dizer que sobre as discussões relativas ao acesso à moradia para população de baixa renda, além da falta de oportunidade de participar das escolhas, sempre estiveram inseridos outros interesses, que envolvem o direito de propriedade e a visão da cidade como mercadoria, incompatíveis com a visão da habitação como um direito. Estes interesses, predominantes nas classes dominantes estão arraigados na ação do próprio Estado, que em boa parte da história não esteve interessado em partilhar as definições relativas à construção do espaço urbano com a população, nem de reconhecer os seus direitos. Essa lógica do Estado Herdado garante a continuidade na manutenção de privilégios para alguns setores sociais, e acentua a adoção da lógica neoliberal de redução de investimentos sociais. Esta relação assimétrica entre o Estado e população pobre impossibilita a esta população de interferir nas decisões e nas relações de poder constituídas ao longo dos anos. Estes aspectos estão descritos por alguns nós explicativos sendo eles: “dificuldade de participação da sociedade civil nos espaços de controle social”, “agenda do setor empresarial se sobrepõe sobre as reivindicações de acesso à habitação social”, executivo municipal privilegia os interesses do setor imobiliário” e “as alterações realizadas na lei de uso e ocupação do solo são feitas para beneficiar o setor imobiliário”. Aliado a estas questões, há ainda, “tradicional gestão pública não prevê participação na elaboração

das políticas”, apresentado no fluxograma como um nó estrutural. Este nó dificilmente será desatado ou resolvido pelo ator que declara o problema. Diante disso, cabe ressaltar que, possivelmente, o autor declarante, não terá condições de atuar sobre todos os nós explicativos, sendo assim, foram apontados dois nós estratégicos dentre os explicativos visando o equacionamento do problema. São eles: 1 – “moradores com pouca motivação para participar dos espaços de controle social”; 2 – “plano local de habitação de interesse social não foi executado pelo executivo municipal”. O fato de existirem canais de participação popular e instrumentos que possibilitam um maior envolvimento da população, não significa afirmar que esta população é chamada para definir sobre as questões relevantes. Neste sentido, a participação tem sido tratada como um processo que apenas legitima as decisões do Estado e não como processo que contribui para a construção de práticas emancipatórias. Ainda assim, é preciso considerar que a desigualdade material a que estão submetidas às famílias objeto da intervenção pública configura um limite à participação. A baixa representatividade da população pobre nos espaços deliberativos e decisório inviabiliza a construção de uma política pública de habitação que considera as várias demandas e necessidades desta população em relação ao direito à moradia digna. O que se percebe é que o poder público local não inclui na sua execução e construção da política habitacional estes moradores, isto porque, a regularização fundiária e a execução do plano de interesse social não são colocados como prioridade na agenda pública. Este fato ocorre porque o poder executivo tem priorizado garantir os interesses privados dos grupos econômicos em detrimento aos interesses da população empobrecida. Ou seja, a construção da cidade está sendo definida por realizações privadas, ocasionadas por conveniência e interesse dos proprietários dos lotes, ignorando a necessidade do desenvolvimento ser constituído por realizações públicas, com vista a garantir o bem estar individual e não coletivo. Se este fato é comum as demais cidades urbanas brasileiras o fato do prefeito do município ser empresário do setor imobiliário redobra a escolha pelo capital imobiliário, que nos últimos anos vêm implantando no município de Santa Luzia inúmeros loteamentos e construções verticalizadas, nas áreas urbanas e nos arredores da área rural, transformada no último Plano Diretor em áreas de expansão urbana, que não contempla a parcela da população luziense que estão em moradias inadequadas e assentamentos precários, ocupações irregulares.

O problema da habitação, portanto, não pode ser resolvido plenamente pelas leis de mercado, mas com vistas à construção do Estado Necessário, criar as iniciativas necessárias para enfrentá-lo, através da produção da habitação social.

Estes fatores acabam por agravar a exclusão social destes moradores. O acesso informal ao solo e conseqüentemente à moradia fortemente agravado pela falta, intencional de políticas habitacional adequada no município para atender esta população mais carente, conforme FUNES (2005) o principal agente da exclusão territorial e da degradação ambiental é a segregação espacial, que traz consigo uma lista interminável de problemas sociais e econômicos, tendo como consequência a exclusão e a desigualdade social que propicia a discriminação, o que gera menores oportunidades de emprego, dentre outros problemas, ocasionando assim uma perpetuação da pobreza e a ausência do exercício da cidadania.

PARTE 3 – ÁRVORE DE PROBLEMAS



PARTE 3 – ÁRVORE DO PROBLEMA

PAINEL 1 – Nós Estratégicos, Ações para equacionar e Resultados esperados

NÓS ESTRATÉGICOS	AÇÕES	RESULTADOS
<p>NE1 – Moradores com pouca motivação para participar dos espaços de controle social</p>	<p>A.1.1 Criar espaços e agenda para o debate público com a população afetada</p> <p>A.1.2 Promover mecanismos para consulta pública dos temas pertinentes à política de habitação junto aos grupos e movimentos de moradia</p> <p>A.1.3 Obter informações acerca da constituição do Comitê Social de Habitação e do Grupo Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHS</p>	<p>Moradores organizados para reivindicarem por espaços de participação</p> <p>Maior participação dos moradores nos espaços de participação e controle social</p>
<p>NE2 – Os recursos repassados pela união para a implementação do PLHIS não foram aplicados</p>	<p>A.2.1</p> <p>A.2.2</p> <p>A.2.3</p>	
<p>NE3 – Plano Local de Habitação de Interesse Social não foi executado pelo executivo municipal</p>	<p>A.3.1 Acionar o Ministério Público e Judiciário, para garantia da efetivação, do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PHLIS)</p> <p>A.3.2 Realizar Audiências Públicas para que a prefeitura municipal apresente para a população informações sobre: os</p>	<p>Plano Local de Habitação de Interesse Social Implementado pelo Executivo</p>

	investimentos para moradia popular, e viabilização do plano municipal de habitação de interesse social	
--	--	--

PARTE 4 – DETALHAMENTO DAS AÇÕES

PAINEL 2 – Concepção de Ações

Nó Estratégico 1 – Os Moradores com pouca motivação para participar dos espaços de controle social

AÇÃO	TAREFAS	RECURSOS NECESSÁRIOS	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
A.1.1 Criar espaços e agenda para o debate público com a população afetada	Realizar fóruns com a população Mobilizar a população das áreas ocupadas em torno da regularização fundiária	Material de divulgação, telefone, computador, impressora, internet, espaço amplo para reuniões, veículo, combustível, recursos financeiros e humanos.	Agosto de 2017	Vereadora do PT, Lideranças das ocupações, Dirigentes dos Movimentos Sociais
A.1.2 Promover mecanismos para consulta pública dos temas pertinentes à política de habitação junto aos grupos e movimentos de moradia	Realizar audiência pública com os movimentos de moradia e lideranças das ocupações Produzir material didático sobre a importância da	Material de divulgação, computador, impressora, telefone, internet, espaço amplo para reuniões, recursos financeiros e humanos.	Setembro de 2017	Vereadora do PT, Lideranças das ocupações, Dirigentes dos Movimentos de Moradia

	participação na solução dos problemas dos moradores das áreas ocupadas			
A.1.3 Obter informações acerca da constituição do Comitê Social de Habitação e do Conselho Grupo do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - CGFMHS	<p>Reivindicar ao prefeito a reconstituição do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social</p> <p>Elaborar a Legislação específica que institui o programa de regularização fundiária no município de Santa Luzia</p>	Convocatória para a população, computador, impressora recursos financeiros e humanos para mobilização.	Julho de 2017	Vereadora do PT, Lideranças das ocupações, Dirigentes dos Movimentos, Prefeito.

Nó Estratégico 2 – Os recursos repassados pela união para a implementação do PLHIS não foram aplicados

AÇÃO	TAREFAS	RECURSOS NECESSÁRIOS	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
A.2-1 Pressionar o executivo por alocação de recursos para a população de baixa renda	Realizar fóruns com a população Mobilizar a população das áreas ocupadas em torno da regularização fundiária	Material de divulgação, telefone, computador, impressora, internet, espaço amplo para reuniões, veículo, combustível, recursos financeiros e humanos.	Novembro de 2017	Vereadora do PT, Lideranças das ocupações, Dirigentes dos Movimentos Sociais

Nó Estratégico 3 – O Plano Local de Habitação de Interesse Social não foi executado pelo executivo municipal

AÇÃO	TAREFAS	RECURSOS NECESSÁRIOS	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
<p>A.3.1 Acionar o Ministério Público, para garantia da efetivação, do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PHLIS)</p>	<p>Elaborar petição ao MP solicitando providências sobre o cumprimento do plano municipal de habitação</p> <p>Apresentar proposta de regularização elaborada em conjunto com a população das áreas de interesse social</p>	<p>Computador, impressora, recursos humanos</p>	<p>Junho de 2017</p>	<p>Vereadora do PT Ministério público</p>
<p>A.3.2 Realizar Audiências Públicas para que a prefeitura municipal apresente para a população informações sobre: os investimentos para moradia popular, e viabilização do plano municipal de habitação de interesse social</p>	<p>Mobilizar a população das áreas ocupadas irregularmente para participar dos processos decisórios</p> <p>Mobilizar os moradores das áreas de riscos em torno da proposta de destinação de recursos públicos para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social</p>	<p>Material didático, computador, impressora, telefone, internet, veículo, combustível, recursos financeiros e humanos</p>	<p>Outubro de 2017</p>	<p>Vereadora do PT, Lideranças das ocupações, Dirigentes dos Movimentos sociais</p>

PARTE 5 – ANÁLISE DE ATORES

PAINEL 3 – Análise de Atores

Ação 1.1 – Criar espaços e agenda para o debate público com a população afetada

ATOR	RECURSOS QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADES	COMO PODE CONTRIBUIR	COMO PODE PREJUDICAR	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
Vereadora do PT,	Político e cognitivo	Garantir a presença da maioria da população das áreas ocupadas	Publicando a Lei Orçamentária Anual (LOA)	Não aglutinação de todos os interessados	Apoiando e contribuindo com a mobilização
Lideranças das ocupações,	Político	Descrença na possibilidade de resolução de seus problemas	Aderindo à proposta apresentada.	Rejeitando o plano de ação	Produzindo material com experiências exitosas para distribuição
Dirigentes dos Movimentos Sociais	Político	Dificuldades em trabalhar nestas áreas	Com as experiências em mobilização	Com ações individualistas	Argumentando sobre a cidade que temos e a que queremos

Ação 1.2 – Promover mecanismos para consulta pública dos temas pertinentes à política de habitação junto aos grupos e movimentos de moradia

ATOR	RECURSOS QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADES	COMO PODE CONTRIBUIR	COMO PODE PREJUDICAR	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
Vereadora do PT,	Político e cognitivo	Não conseguir apoio da população afetada	Com o conhecimento e compromisso com o controle social	Não promovendo os mecanismos satisfatoriamente	Apoiando politicamente no desenvolvimento das ações
Lideranças das ocupações	Político	Falta de entendimento do alcance da proposta	Participando ativamente	Não aderindo	Sanando todas as dúvidas em relação à proposta
Dirigentes dos Movimentos de Moradia	Político	A disputa pelos recursos públicos	Participando do processo	Enfraquecendo a iniciativa	Convencimento político

Ação 1.3 – Obter informações acerca da constituição do Comitê Social de Habitação e do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHS

ATOR	RECURSOS QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADES	COMO PODE CONTRIBUIR	COMO PODE PREJUDICAR	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
Vereadora do PT,	Político Cognitivo	Não existem limitações/ vulnerabilidade	Realizando levantamento tanto na Câmara quanto na Prefeitura todas as informações necessárias	Omitindo informações	Participando e apoiando
Lideranças das ocupações	Político	Acesso às informações	Acompanhando o levantamento	Com o desinteresse	Esclarecendo sobre a importância
Dirigentes dos Movimentos	Político	Acesso às informações	Acompanhando o levantamento	Com o desinteresse	Esclarecendo sobre a importância
Prefeito	Político e Financeiro	Disputa de recursos por atores da classe proprietária	Alocando recursos	Não atendendo às demandas destas áreas	Pressão política com mobilização dos moradores

Ação 3.1 – Acionar o Ministério Público e Judiciário, para garantia da efetivação, do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PHLIS)

ATOR	RECURSOS QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADES	COMO PODE CONTRIBUIR	COMO PODE PREJUDICAR	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
Vereadora do PT	Político e Cognitiva	Postura negligente por parte da promotoria em relação à petição	Com argumentação eficaz	Apresentando petição mal elaborada	Apoiando e contribuindo
Ministério público	Político, Jurídico	Excesso de trabalho	Acatando a petição	Rejeitando a petição	Mobilizando os moradores

Ação 3.2 – Realizar Audiências Públicas para que a prefeitura municipal apresente para a população informações sobre: os investimentos para moradia popular, e viabilização do plano municipal de habitação de interesse social.

ATOR	RECURSOS QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADES	COMO PODE CONTRIBUIR	COMO PODE PREJUDICAR	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
Vereadora do PT,	Político e cognitivo	Não conseguir apoio da população afetada	Com o conhecimento e compromisso com o controle social	Não promovendo os mecanismos satisfatoriamente	Apoiando politicamente no desenvolvimento das ações
Lideranças das ocupações	Político	Acesso às informações	Acompanhando o levantamento	Com o desinteresse	Esclarecendo sobre a importância
Dirigentes dos Movimentos sociais	Político	Acesso às informações	Acompanhando o levantamento	Com o desinteresse	Esclarecendo sobre a importância

PARTE 6 – ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES

PAINEL 4 – Análise de risco e fragilidades

PERGUNTAS ORIENTADORAS	ANÁLISE DA EQUIPE
<p>1. As ações propostas para equacionar os Nós Estratégicos podem gerar efeitos indesejáveis?</p>	<p>As ações propostas visam exatamente o equacionamento do problema e este por seu turno, envolve outros atores na “cena política”, que podem trazer resultados não satisfatórios à resolução do problema. Todavia, observa-se que os <i>Nós Estratégicos</i> estão, em grande medida, dentro da governança da vereadora do PT. O papel da Análise Política é exatamente encontrar soluções diante do problema enfrentado e dentro do processo de implementação da gestão pública de esquerda o monitoramento de atores “potentes” e relevantes são necessário para que possíveis problemas secundários sejam abortados desde o início. Entendemos que dentro dos <i>nós</i> apontados os que foram colocados como estratégicos são exatamente os que podem provocar uma reconfiguração das forças do processo decisório, além de ir ao encontro de uma gestão pública de esquerda que rompe com as praticas tradicionais do “Estado Herdado”.</p>
<p>2. Existem aspectos técnicos e jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?</p>	<p>Existem alguns aspectos que são pontos de atenção e que trariam efeitos negativos catastróficos. No âmbito jurídico a expedição de alvará de reintegração de posse de uma área pretendida ou já ocupada seria problemático. Resoluções e relatórios técnicos que apontem que os locais já ocupados ou pretendidos sejam impróprios para a construção de moradias resultaria numa profunda crise. E por ultimo a cooptação de lideranças para o âmbito do governo municipal, uma reconfiguração política que resulte na personalização positiva do prefeito.</p>
<p>3. Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?</p>	<p>Entendemos que a baixa adesão e incorporação das famílias no processo de mobilização é o ponto que pode trazer mais fragilidade, afinal, comunga-se de um</p>

	<p>marco analítico conceitual que preconiza a efetiva participação da população trabalhadora na gestão pública. A partir dessa participação e entendimento dos mecanismos metodológicos da administração do aparelho estatal a classe não proprietária pode estar inapta a implementação das mudanças necessárias. Isto posto implica numa atenção cuidadosa, estratégica e meticulosa no que se refere a mobilização das pessoas, grupos e associações de moradia, lideranças políticas e trabalhadores em geral. Para prevenir e corrigir erros faz-se necessário criar mecanismos efetivos de pertencimento e esclarecimento para que o maior número possível de cidadãos identifiquem-se como resolução de problemas e demandas a partir de práticas coletivas, participativas e radicalmente democráticas.</p>
<p>4. De forma geral a equipe avalia ao final que o Plano de Ação é viável e pode efetivamente solucionar o problema escolhido?</p>	<p>O plano de ação elaborado tem exatamente a pretensão de intervir positivamente na resolução do problema ou minimizá-lo reunindo forças do jogo político para que possamos enfrentá-lo numa outra cena em que o processo decisório não esteja totalmente desfavorável a camada da classe trabalhadora. O plano foi elaborado não somente através de situações hipotéticas, mas em situações reais e que podem ser executadas. E conforme dito anteriormente os <i>Nós Estratégicos</i> escolhidos estão dentro da governança da vereadora do PT e caso sejam implementados com êxito trarão ou a resolução do problema ou no mínimo uma reestruturação nas práticas até então adotadas em Santa Luzia em relação a participação e gestão pública municipal.</p>

PARTE 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho não foi desnudar todos os problemas concernentes a questão habitacional em Santa Luzia – MG, nem tão pouco esgotar todas as possibilidades de análise da gestão pública que envolve os problemas habitacionais da cidade. Nosso esforço concentrou-se em materializar uma possibilidade de gerenciamento público de esquerda que enfrente os problemas da população empobrecida. Neste caso específico a população sem acesso a moradia digna e à margem das políticas públicas e do processo decisório.

A cidade de Santa Luzia, infelizmente, não se difere do restante do país no que se relaciona a gestão pública. Desde a redemocratização grupos com interesses exclusivamente privados se apropriaram a gestão municipal, resultando no redirecionamento de recursos públicos para fins privados, ao ponto de a marca de alguns desses governos ser exatamente o patrimonialismo, isto é, a apropriação de interesses públicos aos individuais e particulares.

Para enfrentamento da apropriação do estado para fins particulares temos que elaborar novas práticas de gestão pública, especialmente, nós, que nos identificamos com outro projeto de sociedade e que por vezes estamos inseridos dentro da gestão do aparelho público estatal. Percebemos urdir o desmantelamento do “Estado Herdado” e do “Estado Gerencial”. Conforme já pontuamos esse estado herdado decorre dos militares e acumulou “autoritarismo com clientelismo, hipertrofia com opacidade, insulamento com intervencionismo..” e é incapaz de incorporar setores não proprietários da sociedade, bem como de criar mecanismos de participação popular. Com efeito, a Reforma Gerencial e suas matizes neoliberais orientaram a gestão pública brasileira a posteriori e não contribuíram para a resolução dos problemas da classe trabalhadora, ao contrário, acentuaram as disparidades até então existentes. E em Santa Luzia essas disparidades ficaram evidentes na área habitacional da cidade.

Embora a moradia adequada figure com um dos direitos humanos indissociáveis pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, em nossa cidade, tal como no restante do país, este direito está longe de ser assegurado. A moradia tornou-se uma mercadoria cara e a ação do município, em favor de interesses privados, fez com que esse acesso torne-se praticamente impossível aos

trabalhadores devido à especulação imobiliária, promovida pelo próprio município, resultando em custos elevados da terra e a conseqüente concentração da moradia.

Os governos democráticos e populares do partido dos trabalhadores trouxeram contribuição no acesso às moradias de qualidade e confortáveis para famílias na faixa de renda de zero a três salários mínimos. Com prestações baixíssimas milhões de famílias beneficiaram-se com a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida. É importante ressaltar que os poucos recursos alocados pelos governos Lula e Dilma propiciaram enormes subsídios à população de baixa renda.

As experiências de governos democráticos que incorporem as camadas populares na gestão pública podem reestruturar a gestão pública no Brasil e em Santa Luzia, nossa proposta de ação pretende inverter a lógica tradicional do estado, forjando e sedimentando os mecanismos para o *Estado Necessário* que priorize as intervenções e investimentos públicos com formas solidárias de construção de novas moradias e promoção de regularização fundiária com vistas à geração de trabalho e renda para a população local. Que a cidadania possa enfim chegar aos morros e periferias da Cidade trazendo consigo não somente moradias mais confortáveis, mas qualidade de vida e infraestrutura necessárias para não mais existirem divisões em cidadãos e cidadãs de primeiras e segundas categorias.

Evidentemente, a atuação pública sobre tais condições de pobreza e precariedade implica subsídios e recursos vultosos, que, na realidade atual, não pode prescindir de uma política habitacional explícita e contínua, se, de fato, a sociedade se propõe a enfrentar efetivamente a qualidade do meio urbano. Uma política de mudança desse quadro terá de criar os meios para a promoção de melhorias, considerando esses espaços não apenas como áreas de moradia, nos moldes da cidade industrial, circunscritas nas relações de centro-periferia, mas identificando potencialidades de transformação de áreas-dormitório em áreas do habitar na cidade, lugar onde se vive e se viverá no próximo milênio.

Quanto às questões relativas à legalização fundiária e imobiliária, essas se colocam prioritárias, diante do movimento ampliado da privatização e de homogeneização da ocupação do solo como mercadoria plena que, nessa realidade, encontram grandes obstáculos nos significativos indicadores de informalidade.

Em Santa Luzia, nossa proposta de ação pretende inverter a lógica capitalista forjando o Estado Necessário que priorize as intervenções e investimentos públicos com formas solidárias de construção de novas moradias e promoção de regularização fundiária com vistas à geração de trabalho e renda para a população local. Que a cidadania possa enfim chegar aos morros e periferias da Cidade trazendo consigo não somente moradias mais confortáveis, mas qualidade de vida e infraestrutura necessárias para não mais existirem divisões em cidadãos e cidadãs de primeiras e segundas categorias.

São quase vinte mil famílias vivendo à margem da pobreza e exclusão social, vítimas de uma elite proprietária que impõe uma política de morte aos mais pobres. Que desconsidera que a democracia é regida pela vontade da maioria e não de privilégios de alguns. Para concluir queremos afirmar a importância da escolha do problema para o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso como potencial de luta por uma alternativa Estado Necessário a ser conquistado.

PARTE 8 – REFERÊNCIAS

MEDEIROS, Alessandro. Democracia-Participativa. Site Consciência Política, Disponível em: <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ciber-democracia/democracia-participativa/>; acesso agosto/ 2016.

BOLETIM DE POLÍTICAS SOCIAIS: acompanhamento e análise. Rio de Janeiro, IPEA, n.13, edição especial 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>; acesso em abril/ 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: **Senado** Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Ministério das Cidades. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/>; acesso em maio/ 2017.

CAVALCANTI, P; COSTA, G; DAGNINO, R. Gestão Estratégica pública. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2016.

DÉFICIT HABITACIONAL EM SANTA LUZIA. Minas Gerais. Analysis Soluções em Estatística, 2009.

FERNANDES, Edésio. Princípios, bases e desafios de uma política nacional de apoio à regulamentação fundiária sustentável. In ALFONSIN, Betânia de Moraes. FERNANDES, Edésio. *Direito à moradia e segurança da posse no Estatuto da Cidade: diretrizes, instrumentos e processos de gestão*. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

FUNES, Silvia. *Regularização Fundiária na Cidade de Piracicaba – SP: Ações e Conflitos*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social. Minas Gerais, Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://www.imrs.fjp.mg.gov.br>; acesso em maio/ 2017.

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PLHIS. Prefeitura de Santa Luzia, 2009.

SANTA LUZIA. Lei nº 2924 (2008), Lei de criação do grupo gestor e do fundo de habitação de interesse social, Minas Gerais. 30 de dezembro de 2008.

SOUZA, Ubiratan. Gestão Pública e Participação Popular: proposta para um Orçamento Participativo Municipal. In *Gestão Pública e Democracia Participativa*. Pag 21-36.

RELATÓRIO DO DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA. 2ª Etapa de Trabalho do Plano Local de Habitação de Interesse Social. Agora Projetos e Treinamento LTDA-ME, 2009.